

## I Conferência de Regulação

### **O FUTURO DA REGULAÇÃO**

- Alocução final -

Terminamos aqui três dias de trabalho onde, uma vez mais, fomos capazes de realizar um importante exercício de democracia participativa. Este espaço e tempo assumiram-se como mais um passo na construção da opinião colectiva dos enfermeiros, reafirmando a regulação profissional como instrumento fundamental da regulação em saúde.

Estamos deste modo a ser actores directos da construção do futuro edifício regulador que no nosso país deve garantir aos cidadãos o respeito pelo direito à saúde.

Celebram-se, no próximo dia 10, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A saúde, assumiu então o estatuto de direito fundamental de que nenhum ser humano pode ser privado e que Portugal integrou como direito constitucional.

Assim o entendemos e só assim faz sentido a nossa inquietude e empenhamento na melhoria dos dispositivos reguladores que suportem uma melhoria contínua da nossa prática profissional. Os dispositivos referidos devem ser promotores da qualidade dos cuidados de Enfermagem à população, do desenvolvimento, regulação e controlo do exercício profissional dos enfermeiros respeitando a ética e deontologia profissionais.

No ano em que comemoramos os 10 anos de existência da nossa Ordem e da Deontologia Profissional, estamos orgulhosos do nosso percurso.

Podemos afirmar que o legado construído pelos muitos que nos antecederam legitima a devolução dos poderes do Estado à comunidade

profissional de enfermagem e confirma a confiança que nesse momento foi concretizada pela publicação do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.

Na vida não há acasos. Há intencionalidades mais ou menos expressas. Na vida da nossa organização elas são democraticamente construídas, como o prova esta Conferência e fazem caminho caminhando.

Os dois pilares que suportam a Regulação Profissional, com a finalidade última de garantia da qualidade dos cuidados de enfermagem – a deontologia e o desenvolvimento profissional – foram objecto, em diversos momentos, de aprofundamentos que se complementam e suportam mutuamente:

- O seminário de Ética, da responsabilidade do Conselho Jurisdicional, que se realizou em Setembro, em torno da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- E esta I Conferência de Regulação, cuja centralidade foi a construção dos dispositivos de suporte ao novo Modelo de Desenvolvimento Profissional, da responsabilidade do Conselho de Enfermagem, cuja preparação contou com a participação de quase 300 enfermeiros das várias áreas de actividade e de responsabilidades associativas.

Esta conferência assinala também o novo quadro decorrente do compromisso político construído com a Ministra da Saúde, Dr.<sup>a</sup> Ana Jorge aqui presente, para a concretização da alteração estatutária, decidida na Assembleia Geral de Maio de 2007 e que viabilizará uma melhoria significativa da intervenção da Ordem na concretização plena do mandato social da profissão. Obviamente, continuaremos a contar com o envolvimento político de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, atendendo às prerrogativas que o seu cargo lhe confere.

Assinalamos ainda a importância que releva do novo enquadramento do sistema educativo e da investigação, que suportam a legitimação do conhecimento em Enfermagem como ferramenta fundamental para a melhoria do exercício profissional e, por consequência, para a prestação de cuidados de qualidade. Por isso, trabalhamos um plano estratégico com a participação de responsáveis das instituições de ensino e

prestadoras de cuidados. Do mesmo modo, temos a convicção que o reforço da regulação profissional assume também importância para a melhoria das condições necessárias aos processos de ensino / aprendizagem nomeadamente, nos ensinamentos clínicos, mas também no desenvolvimento / aplicação da investigação e na regulação da oferta formativa.

Sr.<sup>a</sup> Ministra,

Gostaria de lhe transmitir, a expressão formulada pela Presidente do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN), Enf.<sup>a</sup> Hiroko Minami, que nos deu a honra de estar entre nós no encerramento do 1º curso do Liderança para a Mudança e na abertura desta Conferência. Em seu entender, «Portugal está num patamar mais avançado que o resto do mundo, constituindo-se como uma referência para o futuro».

Estou certa de que estaremos à altura, como profissão e como país, para responder ao desafio deixado pela Presidente do ICN.

Numa comunicação transmitida através de vídeo na primeira mesa desta Conferência, a Enf.<sup>a</sup> Jean Yan, da OMS, situou os profissionais de saúde em geral e os enfermeiros em particular, como um pilar fundamental na concretização dos objectivos do milénio definidos pela OMS. Nesse quadro, a importância que a regulação profissional assume como instrumento de equilíbrio entre a defesa do público e as expectativas dos profissionais.

É, pois, com esta vontade e força que entendemos a nossa intervenção no conjunto da regulação da saúde e, consequentemente, na complementaridade com as restantes profissões. Isto implica o respeito pela esfera de competências de cada uma como determinante nas intervenções multidisciplinares que as respostas em saúde impõem. Tal posicionamento não se compagina com ambiguidade de posições que põem em risco a segurança dos cuidados, muitas vezes em subordinação a outros interesses, como o que está a acontecer, por exemplo, com os serviços prestados nas farmácias e no pré-hospitalar.

Afirmamos a defesa do interesse público – finalidade última da existência das Ordens Profissionais no cumprimento do seu desígnio fundamental, enquanto órgãos reguladores.

Estamos conscientes da complexidade do ambiente em que a regulação em geral mergulhou na sociedade actual.

A invasão da ideologia neo-liberal tem conduzido a um enfraquecimento dos mecanismos de controlo social, legando para o funcionamento livre do mercado e das relações económicas a defesa do que melhor serve os cidadãos. Mas os factos estão aí e demonstram como as regras do mercado não têm a força de regular o que o bem comum exige.

E, no que à saúde diz respeito, esta matéria é ainda mais gritante, provocando iniquidades e o desrespeito de um direito fundamental dos cidadãos.

Por isso, é nossa convicção que quando aprofundamos os dispositivos de reforço da regulação profissional assumimos maiores responsabilidades como profissionais e estamos a contribuir para as dinâmicas de equilíbrio necessárias à defesa do direito a cuidados de saúde de qualidade que a regulação em saúde tem de assegurar. Compete ao Estado que a ninguém seja negado este direito, assumindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) particular relevância na prossecução deste objectivo.

Sabemos que é no triângulo – acesso, custos e qualidade – que se move o reordenamento das respostas organizadas às necessidades de saúde da população. Daí a importância que atribuímos às reformas em curso no que aos cuidados de proximidade diz respeito – Cuidados de Saúde Primários (CSP), Cuidados Continuados Integrados (CCI), emergência / urgência e o Plano de Saúde Mental -, tardando contudo a necessária concertação e a publicação de quadros regulamentares que as suportem e integrem de forma harmoniosa.

As necessidades crescentes em cuidados de saúde de uma população que tende ao envelhecimento e ao crescimento de pessoas portadoras de doença crónica, são, por si só, factores que antecipam acréscimo

significativo de respostas em cuidados de enfermagem que, obviamente, só os enfermeiros podem oferecer.

Por isso, os novos dispositivos reguladores terão de responder aos desafios e às relações geradas pelas componentes do triângulo referido. É também nossa convicção que se constituirão como promotores de mudanças nas organizações de saúde e geradores de valor, pela motivação que induzem.

Continuaremos a reforçar o compromisso que fomos construindo e que estamos a construir. Este compromisso tem de traduzir-se obrigatoriamente em novos investimentos: da profissão e dos enfermeiros por um lado e por outro, do Governo, na criação das condições necessárias à sua implementação, nomeadamente no que respeita às dotações seguras e à Certificação de Competências.

São o custo, mas igualmente um benefício inegável, para um futuro mais seguro para a saúde de todos os cidadãos.

Esta é a razão que nos impulsiona a continuar o caminho que trilhámos.

A Bastonária e o Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros, no âmbito das suas competências, disponibilizarão todos meios para que o Conselho Enfermagem possa levar por diante o compromisso aqui assumido e que se constitui como a parte mais substantiva e relevante do investimento da profissão e dos enfermeiros nos tempos mais próximos.

Contamos com o mesmo nível de empenhamento dos decisores políticos na responsabilidade que têm para com os cidadãos e saberemos pugnar por ele sempre que a situação o exija.

Por isso, a Ordem no seu todo - o conjunto dos membros eleitos que constituem os seus órgãos e os enfermeiros de todo o país - , reafirma o seu compromisso para com os cidadãos, de com eles construir o lema do seu 10º aniversário: «Pela Qualidade da Saúde»!

Lisboa, 6 de Dezembro 2008